
Brasil: eucalipto e precarização do trabalho em Mato Grosso do Sul

“Nada gosta de eucalipto. O Sr. solta um gado no eucalipto eles vai comendo por fora onde eles dizem que é reserva. Gado não gosta de eucalipto, passarinho, marimbondo. A coisa mais dura de um lugar ali desse é marimbondo, e nem marimbondo gosta de lugar de eucalipto”. (Vídeo entrevista “Manuelzão”, 1989 – Personagem da obra de Guimarães Rosa).

Início a reflexão resgatando o que está intrinsecamente conectado, embora nem sempre visível: a relação entre a expansão do eucalipto e a migração temporária – símbolo maior da precarização do trabalho. Situação que, por si, desnuda a prática do complexo eucalipto-celulose, ancorada no discurso do desenvolvimento e progresso, uma vez que esta atividade econômica busca apoio via divulgação do seu potencial gerador de empregos, porém não revela as características do emprego criado.

Este questionamento é fundamental quando vivenciamos o caso de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, cidade alçada recentemente como “a capital da celulose”, em virtude da presença de fábricas das gigantes IP, Fibria e Eldorado Brasil. Neste município a dança dos números das contratações busca construir um imaginário coletivo onde eucalipto e emprego têm ligação direta. Para isso a imprensa local divulga com insistência os balanços do cadastro geral de empregos do Ministério do Trabalho e Emprego, a exemplo do ano de 2011 em que a economia treslagoense contratou 24.708 trabalhadores. Porém, neste mesmo ano o número de trabalhadores demitidos no município foi de 22.818, e mesmo que o saldo seja positivo, esta não deve e não pode ser a leitura principal.

O fundamental é perceber nestes números uma das características do setor eucalipto-celulose, qual seja a da instabilidade do emprego, pois se trata, em sua grande maioria, de empregos temporários. E essas indústrias instaladas em Três Lagoas contam com isenção de impostos importantes como ICMS, de IPTU, e, na fase de construção das fábricas, deixam de pagar um outro imposto chamado ISS. Somam-se a isso as enormes quantias liberadas pelo governo federal via BNDES, a última foi de R\$ 2,7 bilhões (US\$ 1,5 bilhões) para a Eldorado Brasil – sendo que a maior parte deste dinheiro é público, e provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

E quem são esses trabalhadores migrantes da construção civil em Três Lagoas? Vejamos o recente caso da construção da “maior fábrica de celulose do Mundo”, prevista para entrar em operação em 2014, e que pertence a Eldorado Brasil. Nela trabalham cerca de 7 mil homens, vindos do Nordeste do Brasil em sua maioria, gente desterrada e sujeita a todo tipo de vulnerabilidade. Por viverem essa migração temporária, não são nem de lá e nem de cá. Vistos com desconfiança por grande parte da população local e, em vista da baixa remuneração, esses homens acabam vivendo em “alojamentos” que, muitas vezes, lembram guetos. Neste ano, esses homens por quatro vezes romperam o silêncio com suas greves e manifestações, a denunciar ao Brasil, que neste momento são as vítimas maiores da contradição social produzida pelo modelo eucalipto-celulose. O que reivindicam? Direitos como o pagamento de salários e horas extras atrasados, melhores condições de trabalho e de moradia, maior número de folgas, melhoria no transporte que os leva ao canteiro de obra, e também à cidade, uma vez que alguns alojamentos ficam em áreas periféricas. Nota-se, ainda que nas sucessivas greves, a pauta pouco se altera e, segundo os trabalhadores, isso se explica pelo não cumprimento dos acordos firmados.

Cabe destacar que quando falamos das condições de trabalho, não se deve pensar apenas na construção da fábrica, mas também, nas áreas de plantio e tratamentos culturais do eucalipto – dentre estes a aplicação de agrotóxico. Sabe-se que são sujeitos que entram às 04h no trabalho e ganham algo em torno de um salário mínimo. Outra faceta pouco explorada é o paradoxo por trás da expansão do eucalipto: se por um lado gera empregos (precários), por outro, gera desemprego pelo arrendamento das fazendas para o plantio do eucalipto que produz o desmonte dos retiros onde ficavam os trabalhadores da pecuária. Fruto deste processo, dezenas de famílias migraram nos últimos anos do campo para a cidade de Três Lagoas, gerando estagnação nas comunidades rurais.

Esta marca da precarização do trabalho é intrínseca ao setor florestal, ou melhor, não é um caso isolado, pois quando da construção da fábrica Horizonte da Fibria, durante os anos de 2007 e 2008, a cidade de Três Lagoas também viveu experiência semelhante. Há registros de que para baratear os custos com despesas de hospedagem para os trabalhadores da referida obra, as empreiteiras superlotavam as residências e os hotéis, com “camas que não esfriavam nunca”, deixando os trabalhadores em más condições de higiene, entre outras situações de precarização e violência. Este fato chegou a ser denunciado ao Ministério Público do Trabalho, que criou uma força-tarefa para investigar a situação. Constatou-se na época que eram mais de 120 alojamentos na cidade (entre casas residências e hotéis) ligados a aproximadamente 250 empresas contratadas pela Fibria para a construção da indústria. E muitas irregularidades foram constatadas em ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, inclusive resultando na interdição de cinco alojamentos das empreiteiras.

É fato comum também, quando explodem as greves e denúncias de maus tratos aos trabalhadores e desrespeito à legislação trabalhista, as papeleiras buscarem se invisibilizar na imprensa deixando a responsabilidade para suas empresas terceirizadas e quarteirizadas, como se o projeto não fosse delas.

Por saber que este período de maior turbulência e evidenciação dos conflitos trabalhistas tende a ser superado com o avanço das obras, estas empresas garantem que as paralisações não atrasam o cronograma. Logo, centenas de novas contratações vão substituindo àqueles que resistem ao processo de exploração.

E como fica o trabalho na fase de funcionamento da fábrica do complexo eucalipto-celulose? Em tese não há paralisações, manifestações e nem greves, porque o trabalho vivo é escasso, o que se tem é um grau sofisticado de mecanização (trabalho morto), pode-se chegar a 85% de mecanização

no plantio e corte do eucalipto – como alardeiam os arautos do modelo.

No Brasil não é novidade a migração dominada pelo ritmo irregular das grandes obras públicas e privadas, ao contrário, é motivo de comemoração e símbolo do progresso. Também não é nova a estratégia de naturalizar o fenômeno escamoteando as condições e os efeitos sociais desse movimento temporário de homens para o capital que os dessocializa sem ressocializar.

Porém, a história não é uma repetição de fatos, e bem por isso vemos os migrantes do presente usando as armas do seu tempo como celulares, redes sociais e jornais, a fim de denunciar sua presença explorada, mas digna a reivindicar os direitos negados no território do eucalipto.

“Já pensou, o cara trabalha 8 horas por dia de serviço, você chega no alojamento pra tomar um banho, você vai tomar banho: “cadê a água?” Aí: “pô, que vacilo do cara, o cara tá catinguento, não tomou banho”. Aí no outro dia quando vai trabalhar: “pô”, com a farda [uniforme], volta, não tem água, ai você vai fazer o que? Vai reivindicar, nós somos seres humanos cara.” (Trabalhador do canteiro de obras da fábrica Eldorado Brasil. Entrevista concedida no dia 14/12/2011 a Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo).

Por Rosemeire A de Almeida – Profa na UFMS/Campus de Três Lagoas.